



Dia a Dia

Rafael Motta e equipe

e-mail: diaadia@atribuna.com.br

Abono e alimentação corrigidos, mas nada de reajuste

Na terça-feira em que os vereadores escolheram a Mesa Diretora da Câmara de Santos para o próximo biênio, o prefeito Rogério Santos (PS-DB) entregou à Casa dois projetos de lei complementar: um para reajustar os valores do auxílio-alimentação e da cesta básica para o funcionalismo, e outro para o pagamento de abono de atividade de R\$ 1 mil em parcela única. Este último foi reapresentado para restringir o não pagamento do adicional aos servidores cedidos ou requisitados por outras prefeituras – antes, havia mais condições para a exclusão do direito ao abono. Em suma, foi o resultado prático das negociações entre a Administração e os sindicatos que representam a categoria. Tanto Sindest quanto Sindserv estão descontentes com o desfecho da campanha, pois não se ofereceu reajuste salarial nesta segunda fase das discussões. A medida contraria o esperado pelas instituições, que pretendiam a reposição da inflação, pelo menos, desde a data-base, em fevereiro último.

Valores I

Conforme um dos projetos do Executivo, o auxílio-alimentação passará para R\$ 605,00 aos servidores ativos com jornada entre 30 e 40 horas semanais, e metade desse valor para menos de 30 horas.



Valores II

A cesta básica seria de R\$ 390,00, estendida a aposentados e pensionistas que recebem até quatro salários mínimos (hoje, R\$ 4.848,00).

A conferir

Cogita-se um protesto de servidores ativos e aposentados na sessão de hoje, a partir das 16 horas.

Planos, por favor

Também antes da votação para a escolha da Mesa Diretora da Câmara, o vereador Benedito Furtado (PSB) indagou se um porta-voz da chapa inscrita poderia apresentar o programa e as intenções do grupo aos que não articularam a construção dela, como o socialista.

A regra é clara

“Como eu vou votar naquilo que eu não conheço?”, questionou o socialista. Rui De Rosís (União) também defendeu a ideia. Porém, o presidente Adilson Júnior (PP) explicou que a sugestão não está prevista no Regimento Interno da Casa.

Mais de uma

Após ter sido eleito para comandar a Casa a partir de janeiro, Carlos Teixeira Filho, o Cacá Teixeira (PS-DB), respondeu que a apresentação e a discussão de propostas deveriam ocorrer se houvesse mais de uma chapa inscrita.

Sabem quem sou

“Acho que ninguém desconhece a chapa inscrita e o vereador que aqui vos fala. As propostas são as melhores possíveis”, argumentou.



Santos reajustará IPTU em 10,07% para 2023

Índice equivale ao IPCA, a inflação oficial do País, entre agosto de 2021 e julho deste ano

RAFAELMOTTA
DA REDAÇÃO

A Prefeitura de Santos reajustará o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) em 10,07% para o próximo ano. O percentual consta no Decreto 9.852, assinado na terça-feira pelo prefeito Rogério Santos (PSDB) e divulgado somente na edição do Diário Oficial de hoje — ontem, foi feriado.

A correção equivale ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do período entre agosto de 2021 e julho deste ano. Trata-se do indicador oficial de inflação do País, medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A Administração fixou em 4% o desconto para os contribuintes que pagarem

MAIS CIDADES

A Prefeitura de Praia Grande oferece ao munícipe desconto de 5% no pagamento do IPTU em cota única. No benefício Bom Pagador, há 5% de abatimento aos contribuintes que não têm débitos com a Administração. Serão emitidos 243.346 carnês até a segunda quinzena de dezembro. Em Peruíbe, a Administração assegura 5% de desconto para pagamento do IPTU de uma só vez ou 3% para o contribuinte que quitar o imposto em três parcelas.

em cota única o IPTU e a Taxa de Remoção de Lixo Domiciliar para 2023.

Conforme o projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) para o ano que vem, o Município espera arrecadar R\$ 591,9 milhões em IPTU. É a segunda maior fonte de receita do Governo Municipal. A mais alta consiste no Imposto sobre Serviços (ISS), projetado em R\$ 860 milhões.

Santos é a terceira cidade da Baixada Santista a anunciar a correção do Imposto Predial para o ano que vem. O índice supera o definido pelas prefeituras de Praia Grande e Peruíbe. Ambas corrigirão o valor do tributo em 8,73%, considerando o IPCA entre setembro de 2021 e agosto passado.

A Prefeitura santista também não fará como nos dois anos anteriores, quando

reajustou o IPTU abaixo da inflação em um período de 12 meses.

Para este ano, por exemplo, havia atualizado o valor do imposto em 8,99%, ante uma inflação acumulada de 10,74% entre dezembro de 2020 e novembro do ano seguinte. Foram emitidos cerca de 215 mil carnês.

MAIS CORREÇÕES

Ainda com base no decreto, Santos também aplicará reajuste de 10,07% aos “valores de tributos, multas de qualquer natureza, preços públicos previstos na legislação municipal, não alterados por dispositivos legais específicos, e débitos inscritos na Dívida Ativa do Município, inclusive saldos de parcelamentos”.